



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 50/XIV/ 2.ª SL

Aos 10 dias do mês de fevereiro de 2021, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

2.ª audição regimental da Ministra da Saúde, ao abrigo do n.º 5 do artigo 104.º do RAR, sobre «Política Geral de Saúde». (Presencial)

2.ª audição regimental da Ministra da Saúde, ao abrigo do n.º 5 do artigo 104.º do RAR, sobre «Política Geral de Saúde». (Presencial)

A Presidente cumprimentou e saudou a presença da Ministra da Saúde, Marta Temido, do Secretário de Estado da Saúde (adiante SES), Diogo Serras Lopes e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde (adiante SEAS), António Lacerda Sales.

Dada a palavra à Ministra da Saúde, a mesma focou a sua intervenção inicial em três pontos: o combate à pandemia de COVID-19, a apresentação dos resultados na área da Saúde para o ano de 2020 e as principais linhas de ação para o presente ano de 2021. Quanto à estratégia de combate à pandemia de COVID-19, referiu que foi feito um reforço dos meios da Linha de Saúde 24, foram aumentados os meios humanos para melhorar a capacidade de rastreio de casos de COVID-19 e a capacidade laboratorial, criou-se um programa de financiamento para se proceder à compra de meios materiais, reforçaram-se igualmente os meios humanos do SNS, com contratação de mais profissionais e com a abertura de um regime excecional de contratação, notando que alguns dos profissionais contratados ao abrigo deste regime o foram a título definitivo. Referiu ainda que o plano de vacinação está a seguir o seu curso e que, no que concerne ao acesso das pessoas ao SNS, houve efetivamente uma redução quer no número de consultas realizadas, quer no número de cirurgias, bem como no número de episódios de urgências e que o plano de recuperação tem permitido recuperar alguns dos atrasos. No campo dos cuidados de saúde primários, não houve uma quebra no número de consultas de acompanhamento, embora tal se tenha registado no que diz respeito às consultas de enfermagem. Fez notar também que, de 30 novas unidades de saúde familiares concebidas, 20 foram constituídas, que existem atualmente 32 hospitais com resposta de hospitalização e referiu ainda a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 50/XIV/ 2.ª SL

criação do novo Hospital Central do Alentejo, sito em Beja. Quanto aos objetivos para o ano de 2021, reconheceu que o SNS enfrentou uma dura prova durante o ano que passou, mas que todos responderam em consonância e tal tornou o SNS mais forte. Como metas principais para o ano de 2021, apontou a aceleração da vacinação, a maximização da capacidade de testagem, a recuperação dos atrasos, em particular na área dos cuidados oncológicos e a aprovação do Estatuto do SNS.

Na primeira ronda fizeram intervenções os Deputados:

Ricardo Baptista Leite, que começou por referir que o mês de Janeiro foi trágico, que a falta de preparação e estratégia foi notada quer pelos especialistas quer pelo PSD e que há que aprender com os erros para se avançar, colocando questões sobre a política de testagem e a utilização de profissionais de saúde que se voluntariaram para apoiar o SNS, mas que não foram chamados, sobre o isolamento prévio, que não está a ser feito de modo igual em todo o país, sobre a atualização de contactos respeitantes aos casos positivos e qual o impacto, no ritmo de vacinação, da não compra da vacina da Moderna, sobre a grande quebra no número de consultas e a situação e disponibilização de camas nos cuidados paliativos, recordando que tal é uma obrigação legal.

Sónia Fertuzinhos, que salientou a importância da presente audição regimental, declarando que a Ministra está a fazer o que lhe é exigido e que também a Assembleia da República o deve fazer. Disse igualmente que o plano e o ritmo de vacinação estão a ser positivos, que os casos de abuso estão a ser investigados e que, em suma o SNS tem conseguido, ainda que com dificuldade, responder ao que lhe é exigido; Hortense Martins, que questionou sobre os investimentos feitos na área da saúde e salientou a necessidade de se investir na saúde mental e nos cuidados paliativos, apresentando uma palavra de apreço e alento pelo trabalho feito pela Ministra.

Moisés Ferreira, que recordou as flutuações na política de rastreio e testagem e questionou sobre a existência de medidas concretas para as resolver, sobre qual será o papel e a atitude do Governo face ao incumprimento do acordado pelas empresas farmacêuticas que leva à insuficiência do número de vacinas distribuídas, se, no que diz respeito à vacinação dos mais idosos, o método utilizado para notificar este grupo etário é ou não eficaz, sobre a escassa utilização dos meios de saúde pertencentes



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 50/XIV/ 2.ª SL

aos privados e sobre a colocação da equipa de médicos alemães num hospital privado.

João Dias, que frisou a necessidade de se ter dados concretos sobre os recursos humanos existentes, colocando questões sobre a ida dos médicos alemães para um hospital não pertencente ao SNS, sobre a existência ou não da compra autónoma de vacinas, nomeadamente as da Astra Zeneca, sobre os critérios a aplicar à testagem massiva, sobre a contratação de mais meios humanos para rastreio de casos e sobre a política de contratualização excepcional de meios humanos, nomeadamente se a mesma abrange apenas médicos e enfermeiros, alertando também para a necessidade de reforçar o acompanhamento de doentes não-Covid.

Ana Rita Bessa, que começou por referir que diversos médicos descrevem a situação como descoordenada e com falta de antecipação e de que seria necessário um sistema de gestão diferente, questionando sobre a posição de Portugal quanto aos incumprimentos das empresas farmacêuticas, sobre a possibilidade de existir negociação autónoma por parte de Portugal para a compra de vacinas, qual o critério de vacinação nos lares de terceira idade, se os cuidados paliativos serão efetivamente uma prioridade no pós-pandemia e qual a conclusão do Governo quanto à situação no lar de Reguengos.

Bebiana Cunha, que começou por notar que a maior parte dos especialistas entende que a presente situação se gerou por causa da maneira como foi feito o desconfinamento, pedindo uma avaliação dessas medidas levadas a cabo no período pós-férias e pós-Natal e perguntando quais as perspetivas para o futuro, se existe uma estratégia de comunicação para sensibilizar a população para a importância da manutenção das medidas não farmacológicas no pós-vacinação, como a OMS tem feito, e pedindo informação sobre a integração de 40 psicólogos no SNS.

João Cotrim de Figueiredo, que começou por referir que pouco se terá aprendido com a situação vivida durante o ano de 2020 e que quer na política de vacinação quer na política de testagem, foram cometidos erros de abordagem e perspetiva e que não se pode olhar para estas realidades com complacência.

A Ministra da Saúde e os Secretários de Estado responderam imediatamente após a intervenção de cada Grupo Parlamentar e DURP.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 50/XIV/ 2.ª SL

A Ministra da Saúde começou por notar que Portugal investiu e recebeu vacinas menos de um ano após ter sido reportado o primeiro caso, o que é notável, reconhecendo que é preciso resolver e melhorar os processos de testagem e vacinação, o que se vai aprendendo à medida que os mesmos se desenrolam. Entende que não deve haver nem complacência nem desculpas para os erros cometidos e frisou que na base da atuação estão orientações de cariz técnico. Esclareceu também os meios pelos quais os cidadãos, em particular os mais idosos, serão contactados para serem vacinados, assegurando igualmente que o Governo tem estado a trabalhar com peritos na área comportamental para melhorar a eficácia e a compreensão da comunicação da temática COVID junto do público em geral, aspeto que entende ser essencial. Quanto à entrega de vacinas, informou que dois milhões de vacinas ainda vão ser entregues, e que o problema existente com estas não se prende com as patentes, mas com a falta de capacidade industrial para a sua produção, salientando que a compra autónoma de vacinas seria a pior opção, dada a reduzida disponibilidade financeira de Portugal. Lembrou também que a saúde mental será uma prioridade no pós-pandemia, garantiu que está a ser dada atenção aos cuidados paliativos e informou ainda sobre o aumento dos recursos materiais e o reforço das infraestruturas hospitalares.

O SEAS, António Lacerda Sales, disse que nunca haverá um modelo de equilíbrio perfeito entre a distribuição da população médica e a demografia do País, salientou a evolução notável feita ao nível dos rastreios e inquéritos epidemiológicos. Apresentou dados referentes aos recursos humanos envolvidos no combate à epidemia e à mobilização de meios, quer contratados, quer voluntários, esclarecendo igualmente a situação dos médicos enviados pela Alemanha. Concluiu que quer no grau de planeamento, quer no grau de capacitação, se agiu no terreno e deu-se resposta às necessidades existentes, reconhecendo, contudo, ser necessário um reforço de meios na área Saúde Pública.

O SES, Diogo Serras Lopes, expôs a visão do Governo sobre a avaliação do plano de vacinação, informando que até àquele momento teriam ocorrido já 415 mil inoculações, reconhecendo que existem abusos, mas que os mesmos são residuais. Esclareceu ainda que houve um crescimento de 63% no investimento no ano de 2020, tendo o SNS apresentado um saldo negativo de 290 milhões de euros.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 50/XIV/ 2.º SL

Na 2ª Ronda usaram da palavra e pediram esclarecimentos os seguintes Deputados: Cristina Rodrigues, Bruno Aragão, António Maló de Abreu, José Manuel Pureza, Paula Santos, Cristina Jesus, Alberto Machado, Fabíola Cardoso, João Dias, Susana Correia, Rui Cristina, Duarte Alves, Olavo Câmara, Marta Freitas, Álvaro Almeida, Anabela Rodrigues, Fernanda Velez, Ivan Gonçalves, Pedro Alves, Elza Pais, Cláudia Bento, Francisco Rocha, Hugo Patrício Oliveira, Sara Velez, Alexandre Poço, Miguel Costa Matos, Carla Borges, Susana Amador, Carla Madureira, Hortense Martins, Cláudia André, Telma Guerreiro, Cristóvão Norte, Sónia Fertuzinhos, Duarte Marques, Maria Gabriela Fonseca, Joana Lima, Nuno Carvalho, Olga Silvestre e Sofia Matos.

Os esclarecimentos foram prestados conjuntamente pela Ministra da Saúde, SES e SEAS, após o que a Presidente agradeceu a disponibilidade de todos os membros do Governo presentes, referido a importância da presente audição regimental e da análise do papel do Governo no combate à presente situação pandémica.

A reunião foi encerrada às 14:38 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida neste [link](#)

Palácio de São Bento, 12 fevereiro 2021.

A PRESIDENTE

(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 50/XIV/ 2.º SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Machado
Álvaro Almeida
Ana Rita Bessa
Anabela Rodrigues
André Ventura
António Maló de Abreu
Bebiana Cunha
Bruno Aragão
Cláudia Bento
Cristina Jesus
Hortense Martins
Joana Lima
José Manuel Pureza
Maria Antónia de Almeida Santos
Moisés Ferreira
Paula Santos
Pedro Alves
Ricardo Baptista Leite
Rui Cristina
Sandra Pereira
Sónia Fertuzinhos
Susana Amador
Susana Correia
Telma Guerreiro
Alexandre Poço
Carla Borges
Carla Madureira
Cláudia André
Cristina Rodrigues



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 50/XIV/ 2.º SL

Cristóvão Norte
Duarte Alves
Duarte Marques
Elza Pais
Fabíola Cardoso
Fernanda Velez
Francisco Rocha
Hugo Patrício Oliveira
Ivan Gonçalves
João Cotrim de Figueiredo
João Dias
João Gouveia
Luís Graça
Luís Soares
Maria Gabriela Fonseca
Marta Freitas
Miguel Matos
Nuno Miguel Carvalho
Olavo Câmara
Olga Silvestre
Sara Velez
Sofia Matos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

